

1. CONTRATO

1.1. Identificação e objetivos

Realização de Serviços de Consultoria Técnica (no. 4500176574) para viabilização de Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce.

1.2. Responsáveis

Fundo Brasil de Direitos Humanos	Ana Valéria Araújo
Fone 11.3256.7852	e-mail avaraujo@fundobrasil.org.br
Ministério Público Federal	Dr. José Adércio Leite Sampaio
Fone 31.2123.9174	e-mail joseadercio@mpf.mp.br

2. INFORMAÇÕES GERAIS

Este é o relatório consolidador do processo de escolha de Assessoria Técnica aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão no Território 17 – Território Quilombola de Degredo.

As informações aqui reunidas referem-se ao período de 9 de julho de 2018 a 16 de junho de 2019.

3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS

Degredo é uma comunidade rural e pesqueira no interior do município de Linhares (ES) onde vivem, segundo informações da própria comunidade, 178 famílias. A certificação de Degredo como Comunidade Remanescente de Quilombo foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2016¹.

A pesca – oceânica, no Rio Ipiranga, atingido pelos rejeitos de mineração de Fundão, e nas sete lagoas existentes nos limites do território de Degredo – constituía a principal atividade econômica da comunidade até o rompimento da barragem em

¹ A lista atualizada até a Portaria nº 104/2016, publicada no DOU em 20/5/2016, está publicada no site da Fundação Palmares, no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>>

Mariana. A agricultura de subsistência também era atividade relevante. O território abrigava ainda monoculturas como a de eucalipto em terras caracterizadas pela Fundação Palmares como latifúndios².

No desenho territorial inicial planejado para os processos de escolha de Assessorias Técnicas Independentes, resultante das oitivas em campo feitas pelos pesquisadores do Fundo Brasil de Direitos Humanos nos primeiros meses de 2018, Degredo compunha o Território 16, então definido como Macrorregião Litoral Norte Capixaba, incluindo também os municípios de Conceição da Barra e São Mateus e os distritos Barra Seca e Pontal do Ipiranga, no norte do município de Linhares. No entanto, logo no início da etapa seguinte do trabalho do Fundo Brasil, de facilitação das escolhas de Assessorias Técnicas pelas comunidades atingidas, constatou-se que a comunidade de Degredo apresenta um quadro de alta complexidade social e territorial, com conflitos internos que levaram a equipe a propor um tratamento diferenciado para esta localidade.

Na ocasião, a comunidade manifestou o desejo de compor um território separado dos demais para a escolha de uma Assessoria Técnica independente, possibilidade que foi sendo amadurecida ao longo do processo de acompanhamento da formação e consolidação da Comissão de Atingidos local e foi posteriormente acolhida pelo Ministério Público, redesenhando o território. Tal processo será melhor detalhado adiante, nos capítulos “4. Chamada Pública e credenciamento”, e “5. Comissão de Atingidos”.

As demandas prioritárias para a atuação de uma Assessoria Técnica independente em Degredo, identificadas pela equipe do Fundo Brasil durante os trabalhos de campo, estão descritas a seguir:

- a. Viabilização de assessoria jurídica;
- b. Viabilização de estudos sobre a qualidade da água para uso humano, pesca, agricultura e irrigação, e suas consequências;

² Segundo Nota Técnica 002/2018, que analisa e dá parecer ao Estudo do Componente Quilombola de Degredo, feito no âmbito do TTAC. A Nota Técnica está disponível no seguinte endereço eletrônico <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-IPCT/2018/2018-03-02-CIF-CT-CTIPCT-NT-02-2018.pdf>>

- c. Viabilização de atendimento às questões relacionadas com a qualidade da água do mar, dos rios e das lagoas;
- d. Viabilização de ações de atenção à saúde; e
- e. Viabilização de apoio para estudos e demandas do processo de reconhecimento de Degredo como Terra de Quilombo.

A localização de Degredo no litoral norte do Espírito Santo é mostrada no mapa da figura 1.

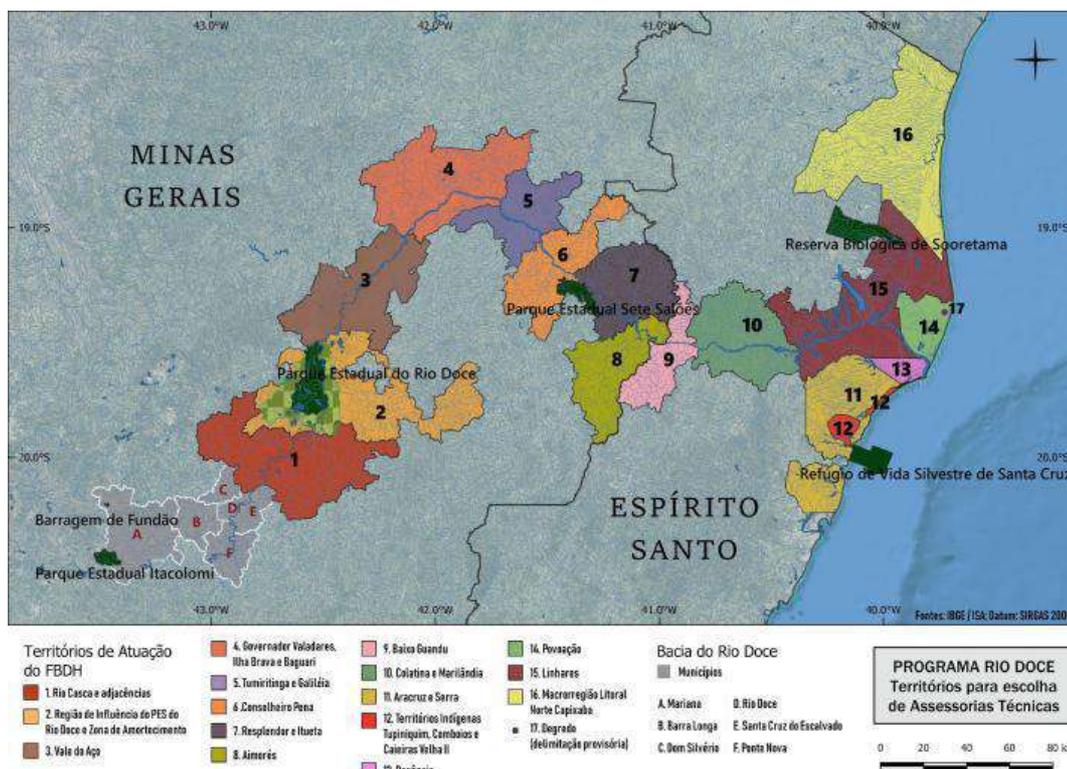


Figura 1: Territórios para escolha de Assessorias Técnicas na Bacia do Rio Doce. Degredo está marcado com o número 17. Cartografia: André Rodrigues/Silveira/Fundo Brasil

4. CHAMADAS PÚBLICAS E CREDENCIAMENTOS

Inicialmente, o entendimento conjunto do Fundo Brasil e do Ministério Público Federal foi de que Degredo poderia compor o Território 16, então definido como da

Macrorregião do Litoral Norte Capixaba. Com o andamento do processo informativo e de fortalecimento da autonomia das Comissões de Atingidos, este território passou por ajustes:

- Barra Seca e Pontal do Ipiranga, distritos da porção norte do município de Linhares, manifestaram preferência por compor a Comissão de Atingidos de seu próprio município;
- Degredo, pela especificidade de ser majoritariamente uma Comunidade Remanescente de Quilombo, foi desmembrada e passou à condição de território específico, com escolha de uma Assessoria Técnica própria.

O Fundo Brasil havia lançado Chamada Pública, em 26 de julho de 2018, para credenciamento de entidades interessadas em prestar o serviço de Assessoria Técnica aos 16 territórios inicialmente definidos, com Degredo incluído no Território 16 - Macrorregião Litoral Norte Capixaba. Paralelamente às reuniões em campo, o Fundo Brasil deu sequência às etapas de recebimento das propostas preliminares e credenciamento das entidades que correspondiam aos critérios técnicos previstos no item 1 do Termo Aditivo ao TAP, identificados como Princípios Norteadores do Eixo Socioeconômico, e expressos no Termo de Referência para o Território 16, que ainda continha Degredo.

Transcorrido o prazo para recurso das entidades cujo credenciamento não foi efetivado, em 14 de setembro o Fundo Brasil tornou pública a relação definitiva das organizações credenciadas para o processo de escolha das Assessorias Técnicas aos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão. No Território 16, 3 organizações foram credenciadas:

- Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI
- Grupo Técnico de Apoio – GTA
- Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação.

O redesenho territorial que desmembrou Degredo da Macrorregião do Litoral Norte e o transformou em um território específico foi construído pela equipe do Fundo

Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal, após uma série de debates internos na comunidade e consultas aos seus representantes, em reunião realizada em 28 de novembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República em Linhares/ES. O MPF e o Fundo Brasil consideraram que as entidades credenciadas para o Território 16 estavam também credenciadas para o novo Território 17 – Território Quilombola de Degredo.

A Rede Interação comunicou sua desistência da concorrência para Assessoria Técnica através de mensagem eletrônica enviada ao Fundo Brasil em 12 de novembro de 2018. Em 23 de novembro de 2018, também através de mensagem eletrônica, o Grupo Técnico de Apoio – GTA informou ao Fundo Brasil sobre sua desistência em participar do processo de escolha de Assessoria Técnica para o Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES). A ADAI continuou no processo e a apresentação desta entidade em Degredo chegou a ser marcada para 14 de fevereiro de 2019. No entanto, em documento enviado ao Fundo Brasil em 06 de fevereiro de 2019, a ADAI comunicou sua desistência.

Não existindo mais entidades interessadas, o Fundo Brasil abriu, em 11 de fevereiro de 2019, Chamada Pública para credenciar novas entidades pretendentes em prestar Assessoria Técnica ao Território 17 – Território Quilombola de Degredo. Depois do prazo de contestação do credenciamento das entidades que manifestaram interesse, em 1 de abril de 2019, e não tendo sido apresentada qualquer contestação, o Fundo Brasil publicou a lista definitiva de entidades credenciadas especificamente para Degredo:

- Associação de Assistência Habitacional e Promoção da Cidadania – Habitar Bahia
- Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo – ASPERQD
- Instituto Socioambiental – ISA
- Instituto de Planejamento, Pesquisa, Comunicação, Estudos Sociais e Tecnológicos – IPPECET.

Em mensagem eletrônica enviada em 09 de maio de 2019, o Instituto Socioambiental (ISA) formalizou sua desistência de participar do processo de

apresentação de proposta técnica, referente ao Edital do Território Quilombola de Degredo.

5. PROPOSTAS PRELIMINARES

Em 21 de maio de 2019, as três entidades que restaram credenciadas para o processo de escolha de Assessoria Técnica no Território 17 – Território Quilombola de Degredo receberam as cartas convite elaboradas pela equipe do Fundo Brasil, apresentando o formato no qual as propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas deveriam ser elaboradas.

Solicitou-se às três organizações breves descrições das linhas de ação e da metodologia de trabalho para abordagem das demandas presentes no território, conforme definido na Chamada Pública que o Fundo Brasil realizou para o credenciamento de organizações interessadas em prestar o serviço de Assessoria Técnica. As cartas convite também definiram os prazos do processo de elaboração e avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas.

A definição dos prazos foi feita conjuntamente pelo Fundo Brasil e pela Força Tarefa do Rio Doce do Ministério Público Federal, em reunião realizada em 1 de outubro de 2018. Definiu-se um prazo de 5 dias úteis, a partir do recebimento das mensagens eletrônicas com as cartas convite, para que as organizações credenciadas enviassem as propostas preliminares.

5.1. Comitê de Especialistas

Ao receber as propostas, o Fundo Brasil realizou uma análise prévia da adequação de cada uma delas ao escopo do trabalho contido na Chamada Pública. Em seguida foram produzidos pareceres técnicos sobre as propostas, que contaram com a participação de um Comitê de Especialistas externos, com conhecimento sobre as temáticas específicas do território, a convite do Fundo Brasil. Para a composição deste comitê, o Fundo Brasil de Direitos Humanos convidou pesquisadores e pesquisadoras que atuam na região da Bacia do Rio Doce e que têm sido reconhecidos pelo desenvolvimento de trabalhos relevantes sobre os desdobramentos dos impactos

ambientais e violações de direitos humanos sofridos pelos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão.

O Comitê de Especialistas desenvolveu seu trabalho de acordo com um Termo de Referência elaborado pelo Fundo Brasil. Este documento definiu os produtos que deveriam ser entregues pelos pesquisadores, bem como o prazo de 15 dias corridos para a realização do trabalho. Cada especialista se comprometeu a fazer um breve parecer individual sobre a adequação da proposta ao escopo da Chamada Pública específica de Degredo, observando se as demandas transversais que conformam a concepção de Assessoria Técnica presente no Termo Aditivo ao TAP – mobilização social, informação e apoio à participação e reivindicação de direitos –, e se as demandas específicas do Território 17 – Território Quilombola de Degredo estavam refletidas nas propostas preliminares que seriam apresentadas aos atingidos e atingidas na comunidade.

O Termo de Referência ressaltava que não caberia ao Comitê de Especialistas interferir na natureza da proposta, nem descredenciar qualquer organização, e que a decisão sobre a qualidade e pertinência das propostas caberia exclusivamente aos atingidos, em processo deliberativo público a ser posteriormente realizado nas comunidades. Os pareceres referentes ao Território Quilombola de Degredo foram enviados ao Fundo Brasil por mensagem eletrônica em 12 de junho de 2019.

As sugestões e recomendações feitas pelo Comitê de Especialistas foram enviadas às entidades credenciadas. As entidades tiveram prazo de 3 dias úteis para readequar as propostas preliminares e devolvê-las ao Fundo Brasil.

6. COMISSÃO DE ATINGIDOS

Em Degredo, a equipe de campo do Fundo Brasil começou todo o processo de apresentação do conceito de Assessoria Técnica, seu papel e os marcos legais que apoiam este direito junto com todos os outros territórios da Bacia do Rio Doce. A metodologia usada também foi a mesma: reuniões *in loco* com a comunidade, a maioria delas com participação do Ministério Público e/ou da Defensoria, e reforço da necessidade de consolidação de uma Comissão de Atingidos ampla e participativa, aberta a todos os interessados e interessadas, para que a escolha da Assessoria Técnica fosse feita.

Desde os primeiros encontros, a equipe do Fundo Brasil percebeu a especificidade da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo. Marcada por conflitos internos, a comunidade precisou de mais tempo para engrenar um processo político que permitisse a formação de uma Comissão de Atingidos voltada para a escolha de Assessoria Técnica. Ajustes no processo (tais como a readequação territorial, a adequação de prazos, entre outros) foram feitos com vistas a garantir o direito à escolha da Assessoria Técnica, sem perder de vista os passos definidos como parâmetros orientadores do trabalho, a unidade conceitual e metodológica em toda a Bacia do Rio Doce.

Ao fim de 10 meses de construção e diálogo, foram realizadas 11 reuniões, na comunidade e na sede do município de Linhares, além da própria reunião de escolha, que ocorreu em 16 de junho de 2019, no Centro de Integração Comunitária. A seguir, será apresentada a sequência do trabalho do Fundo Brasil, apoiado pelo Ministério Público, junto aos atingidos e atingidas de Degredo.

- 17 de setembro de 2018 – primeira apresentação: a reunião foi organizada e conduzida pelo Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Dr. Paulo Trazzi e pela Defensoria Pública da União, representada pelo Defensor Público Dr. João Marcos Mattos, com a participação do Fundo Brasil de Direitos Humanos. No Centro de Integração Comunitária local, os moradores de Degredo – principalmente pescadores e agricultores de subsistência – ouviram a primeira explicação sobre o direito à Assessoria Técnica independente e o papel do Fundo Brasil de viabilizar a escolha autônoma da população atingida. Os moradores trouxeram questionamentos sobre os processos de indenização conduzidos pela Fundação Renova e também sobre a viabilidade de integrarem a Comissão de Atingidos da Macrorregião do Litoral Norte Capixaba, dada a dificuldade de deslocamento até o município de São Mateus.



Figura 2: Primeira reunião em Degredo. 27 set 2018. Foto: Fundo Brasil

Respondendo a questionamento de um atingido, foi feita uma explicação sobre todo o trabalho da Assessoria Técnica ser custeado pelas empresas responsáveis pelo vazamento dos rejeitos no Rio Doce, mas se manter independente em relação a estas, prestando contas ao MPF e aos atingidos.

Como encaminhamento, a comunidade se comprometeu a decidir coletivamente se permaneceria no território do Litoral Norte ou se passaria a compor o território de Linhares. Na ocasião, dada as especificidades do território, a equipe do Fundo Brasil avaliou internamente que talvez fosse necessário tornar Degredo um território próprio a fim de viabilizar o processo de escolha da Assessoria Técnica; e que seria necessário conduzir o trabalho com cuidado para não aprofundar as divisões internas já existentes na comunidade.

A reunião ocorreu em clima de tensão e animosidade e dois moradores chegaram ao enfrentamento físico depois do encerramento.

- 10 de outubro de 2018 – reunião conjunta com Fundação Palmares e pesquisadores: na sede do MPF em Linhares, reuniram-se: Paulo Trazzi e Malê Frazão (MPF), Fred Silveira (DPU), Tiago Cantalice (Fundação Palmares), Caroline Molina (Câmara Técnica Indígena de Povos e Comunidades Tradicionais), Suzane Carvalho (Departamento de Participação e Diálogos Sociais/SNAS/SEGOV), integrantes da Comissão Quilombola de Degredo, integrantes da Associação de Moradores de

Degredo e equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

O objetivo central da reunião foi pactuar com os moradores de Degredo a pacificação da comunidade, dividida pela atuação da Fundação Renova em questões relacionadas a auxílio emergencial e outras, e também a definição do redesenho territorial, para dar prosseguimento ao processo de escolha da Assessoria Técnica.

Não foi possível definir o redesenho territorial – Macrorregião do Litoral Norte, Linhares ou território independente –, dado que os moradores de Degredo presentes acharam necessário estender a consulta a toda a comunidade antes da decisão final. Este foi o principal encaminhamento.

- 28 de novembro de 2018 – pesquisadores e MPF: Paulo Trazzi (MPF), Gabriel Strautman (Fundo Brasil), professor Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), professora Simone Raquel Batista Ferreira (UFES), Cecília Melo (Fundo Brasil), Rosemeire Almeida (Fundo Brasil) e Danilo Santos (Fundo Brasil) se reuniram para buscar estratégias que tornassem possível dar andamento ao processo de escolha de Assessoria Técnica para Degredo de forma autônoma e significativa para a comunidade, e com segurança para todos os envolvidos. Paulo Trazzi (MPF) informou que as lideranças dos diferentes grupos em Degredo confirmaram interesse em seguir em frente com o debate da assessoria específica para o território.

Os acadêmicos presentes apontaram a atuação da Fundação Renova como fator desestabilizante em uma comunidade imersa em disputa entre dois grupos, sendo um deles representativo da fração quilombola dos moradores de Degredo (ampla maioria da comunidade), e um grupo liderado por antigos moradores que voltaram para a comunidade depois do desastre e não acatavam a liderança legitimada pela ancestralidade. Uma das tensões localizadas decorre do fato de que a Fundação Renova, ao privilegiar os reconhecidamente quilombolas (além de pescadores) no fornecimento do cartão de auxílio emergencial, incentiva moradores a se autodeclararem quilombolas mesmo sem sê-lo, o que depois poderia ser usado contra eles, intensificando os conflitos.

A reunião terminou com os seguintes encaminhamentos: o Fundo Brasil faria uma consulta às entidades credenciadas para a Macrorregião do Litoral Norte, para saber se tinham interesse em estender este credenciamento também ao território

independente de Degredo, já que este anteriormente compunha o Litoral Norte e suas demandas básicas estavam, portanto, contempladas na Chamada Pública; e retomada do processo de escolha em Degredo.

- 17 de dezembro de 2018 – território específico: foi realizada na comunidade, em um local reconhecido pela maioria dos moradores como sendo um ponto de encontro tradicional, de fácil acesso, conhecido como Bar do Mel. A reunião contou com as presenças do Fundo Brasil de Direitos Humanos, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, professor Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), professora Simone Raquel Batista Ferreira (UFES), e as pessoas atingidas de Degredo.

Com a decisão tomada pela comunidade de que Degredo se tornaria um território específico, a reunião teve caráter informativo e deliberativo sobre os próximos passos. Foram postas duas opções: (i) a comunidade aceitar a continuidade do credenciamento já realizado para o Litoral Norte, solicitando-se à Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI) a apresentação de sua proposta de trabalho para ser, ou não referendada pelos atingidos, ou (ii) recomeçar todo o processo com novo credenciamento.

A comunidade pediu aos demais presentes que se retirassem e depois comunicaram a decisão de manter o credenciamento da ADAI, demandando à entidade que fizesse parceria com a Coordenação Nacional Quilombola (CONAQ). Definiu-se a data de 12 de janeiro de 2019, no mesmo local, para apresentação do resultado do credenciamento, ou seja, para que a comunidade manifestasse o seu interesse em conhecer a proposta de trabalho da ADAI.

- 12 de janeiro de 2019 – resultado do credenciamento: Fundo Brasil e MPF foram ao Território Quilombola de Degredo apresentar o resultado do credenciamento de entidades uma extensão do processo do Litoral Norte, que no desenho original continha Degredo e contemplava, na Chamada Pública, as necessidades mínimas da Comunidade Remanescente de Quilombo. Arilson Ventura, representante da CONAQ, afirmou aos atingidos e atingidas presentes que uma conversa entre a CONAQ e ADAI já havia sido iniciada para o trabalho em cooperação, caso a ADAI fosse validada pela comunidade

como entidade de Assessoria Técnica do território. Decidiu-se a data de 14 de fevereiro para o evento de escolha.



Figura 3: Resultado do credenciamento. 12 jan 2019. Foto: Fundo Brasil

- **28 de janeiro de 2019 – organização do evento de escolha:** o objetivo da reunião, na comunidade de Degredo, era definir os detalhes do evento de escolha marcado para 14 de fevereiro. Isto foi feito, mas a equipe também ouviu da Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo (ASPERQD), entidade baseada em Degredo, e dos demais atingidos presentes a reivindicação de maior participação na construção da proposta de trabalho da ADAI em parceria com a CONAQ.

Decidiu-se que o Fundo Brasil daria sequência à contratação de infraestrutura e logística para o evento de escolha.

- **06 de fevereiro de 2019 – desistência da ADAI:** ADAI comunicou que desistiu de participar do processo de escolha;

- **11 de fevereiro de 2019 – abertura de novo credenciamento:** aberto o novo credenciamento, com lista definitiva de credenciadas publicada em **1 de abril de 2019**;

- **16 de abril de 2019 – reunião com a ASPERQD:** os integrantes da ASPERQD, umas das entidades credenciadas na nova Chamada Pública, foram convidados a uma

conversa para fins de refletir sobre seu eventual papel como Assessoria Técnica para sua comunidade e outros atingidos do território.



Figura 4: Reunião do MPF com ASPERQD. 16 abr 2019. Foto: Fundo Brasil

Malê Frazão (MPF) e Gabriel Strautman (Fundo Brasil) destacaram a necessidade de pactuar alguns papéis, tendo em vista que muitas das lideranças da comunidade cujos troncos familiares compõem a instância tradicional da Comissão Quilombola são dos quadros da ASPERQD. As ponderações dos integrantes da ASPERQD foram no sentido de que a comunidade de Degredo tem histórico em decisões democráticas com ampla participação, que os novos papéis seriam repensados e que dúvidas seriam levadas ao MPF e ao Fundo Brasil.

- 26 de abril de 2019 – esclarecimento de dúvidas: a reunião no Centro de Integração Comunitária foi pedida por alguns atingidos e atingidas de Degredo com objetivo de compreender o processo e o credenciamento da ASPERQD, entidade que tem membros integrando também a Comissão Quilombola. Alguns manifestaram preocupação a respeito de uma entidade de Assessoria Técnica próxima da comunidade atuar como mediadora de conflitos. Foi esclarecido o papel das Assessorias Técnicas e as conversas com a ASPERQD e as atividades que terá que exercer caso seja a proposta vencedora.

- **27 de abril de 2019 – novo resultado do credenciamento:** Paulo Trazzi (MPF) e Fundo Brasil fizeram, no Centro de Integração Comunitária, a apresentação do resultado do novo credenciamento, com 4 entidades aptas a apresentar propostas preliminares de trabalho aos moradores de Degredo (conforme já descrito no capítulo “4. Chamadas Públicas e Credenciamentos”):

- Associação de Assistência Habitacional e Promoção da Cidadania – HABITAR BAHIA
- Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo – ASPERQD
- Instituto Socioambiental – ISA
- Instituto de Planejamento, Pesquisa, Comunicação, Estudos Sociais e Tecnológicos – IPPECET.

Abertos os debates, os presentes fizeram falas de reforço à necessidade de união para viabilizar a escolha da Assessoria Técnica. Tiraram dúvidas sobre a abrangência da atuação da Assessoria (uma dúvida frequente ao longo de todo o processo: Assessoria Técnica é só para os quilombolas?). Ouviram do procurador Paulo Trazzi que a entidade atenderá a todos os atingidos e atingidas, quilombolas ou não.

Apresentada a lista de entidades credenciadas, Gabriel (Fundo Brasil) perguntou aos presentes se alguém conhecia alguma das entidades, se tinham informação sobre elas e se era de conhecimento algum fato relevante que não havia sido considerado na análise do credenciamento, que pudesse descredenciar uma ou outra organização. Frente ao fato de uma das organizações habilitadas ser local, foi aberta a possibilidade de manifestação por e-mail, contato com a equipe ou envio de comunicação ao MPF. A plenária definiu prazo até 3 de maio para o encaminhamento de contestações. O Procurador falou sobre a seriedade de denúncias e as medidas legais cabíveis contra calúnias e acusações infundadas.

Definiu-se a data de 25 de maio para a reunião de organização do evento de escolha da Assessoria Técnica.

- **9 de maio de 2019 – desistência do ISA:** em mensagem eletrônica, o Instituto Socioambiental (ISA) formalizou sua desistência de participar do processo de apresentação de proposta técnica referente ao edital do Território Quilombola de Degredo.

- **16 de maio de 2019 – contestação:** a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Degredo (AMPROD), outra entidade do território, apresentou ao MPF e ao Fundo Brasil contestação ao credenciamento da ASPERQD, via e-mail. Foram relatados episódios anteriores de desentendimento e supostas agressões entre representantes de ambas as associações, também moradores de Degredo. Em sua contestação, a AMPROD solicitou ao MPF que retirasse a ASPERQD do processo de escolha de Assessoria Técnica. Para analisar e discutir a solicitação, solucionar eventual impasse e fazer caminhar a escolha, o Fundo Brasil e o MPF realizaram uma reunião na sede do MPF no município de Linhares. Chegou-se a um consenso sobre a importância de uma Assessoria Técnica fortalecida e que represente todos os moradores de Degredo; os integrantes da ASPERQD e da AMPROD deliberaram pela realização de uma reunião em Degredo, sem atores externos, para pactuar as relações entre elas e a continuidade do processo de escolha da Assessoria Técnica.

- **19 de maio de 2019 - conciliação entre as Associações de Degredo:** A reunião aconteceu em 19 de maio de 2019 no Centro Integrado Comunitário do Degredo. A relatoria da reunião, assinada pelos representantes de ambas associações e enviada ao Fundo Brasil, indicou uma pactuação inicial entre as mesmas.

- **20 de maio de 2019 -** MPF comunicou, por e-mail, ao Fundo Brasil de Direitos Humanos o arquivamento da representação feita pela AMPROD contra a ASPERQD, e determinou a continuidade ao processo de escolha da entidade de Assessoria Técnica independente no Território Quilombola de Degredo.

- **25 de maio de 2019 –** reunião que teve como objetivo a definição da data, das regras e o levantamento das necessidades logísticas para o dia da reunião de escolha. Na ocasião,

as pessoas presentes foram apresentadas à metodologia utilizada pelo Fundo Brasil para as reuniões de escolha em toda a Bacia e foram convidadas a definir medidas para contemplar as especificidades do Território de Degredo. Vários moradores presentes questionaram sobre a participação de pessoas que não frequentam a comunidade, que possuem terras, mas, no entanto, não participam, ou sequer conhecem os problemas enfrentados por Degredo. Houve consenso em relação ao entendimento de que todos/as se conhecem na comunidade e que seria fácil perceber a presença de pessoas estranhas. O representante do Fundo Brasil evidenciou a necessidade da ampla participação da comunidade e que a participação deveria contemplar a todos/as que se considerassem atingidos e atingidas no território de Degredo, em respeito à autodeclaração. Também foi informado que seriam tomadas todas as medidas para que a reunião de escolha fosse transparente e aberta à participação de todos/as, para que não restassem dúvidas acerca da legitimidade da ação. Propôs-se a realização de um credenciamento, como foi feito nos outros territórios, onde cada participante se identificaria através de um crachá e assinaria uma lista de presença. Todos e todas concordaram com que os atingidos e atingidas presentes na reunião manifestariam suas intenções levantando as mãos. Reforçaram que isso ampliaria a participação, principalmente frente à questão da baixa escolaridade dos/as moradores/as, havendo muitos/as não alfabetizados/as. As falas apontaram concordância com a estratégia da definição por contraste, segundo a qual a entidade que recebesse mais mãos levantadas seria declarada vencedora. Em caso de empate, os/as presentes não concordaram com a possibilidade de votação por urna. Nesse caso, a solução deveria resultar do diálogo até a obtenção do consenso.

7. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA

O evento de escolha da Assessoria Técnica independente em Degredo ocorreu em 16 de junho de 2019. Foi montada uma estrutura com tendas climatizadas, espaço de lazer para as crianças, de modo a garantir a participação ativa de mães e pais atingidos, e área de refeição em um terreno contíguo ao Centro de Integração Comunitária (CIC), nas terras de Degredo, a aproximadamente 40 minutos da sede do município de Linhares.



Figura 5: Degredo vista do alto, com a infraestrutura do evento de escolha montada junto ao CIC. 16 jun 2019. Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

Compareceram 314 atingidas e atingidos de Degredo, conforme registros em lista de presença.



Figuras 6 e 7: Credenciamento e espaço de lazer para as crianças. 16 jun 2019. Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

Também estiveram presentes: Paulo Trazzi, Procurador da República em Linhares; Ana Valéria Araújo, Superintendente do Fundo Brasil; Amanda de Souza Camargo, assistente da Superintendência do Fundo Brasil; Marcelo Sodré, advogado do Fundo Brasil; Gabriel Strautman, coordenador da equipe de campo do Fundo Brasil no Espírito Santo; e a equipe de campo do Fundo Brasil.

A reunião foi iniciada às 9h30 por Rosemeire Almeida, assessora de projetos que compõe a equipe de campo, com a memória da atuação do Fundo Brasil junto à

Comissão de Atingidos de Degredo a partir de setembro de 2018. “Vocês foram nos mostrando que Degredo tinha questões particulares e diferentes das de outros territórios do Espírito Santo e da Bacia do Rio Doce”, lembrou. Continuou com os passos que levaram Degredo a se tornar um território individualizado, o novo credenciamento, a desistência de duas entidades credenciadas, até chegar ao evento do dia, em que duas propostas seriam apresentadas. Como será explicitado, a Habitar Bahia não compareceu à reunião.



Figura 8: Rosemeire, do Fundo Brasil, abre o evento.
16 jun 2019. Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

O Procurador Paulo Trazzi deu boas-vindas com uma fala sobre o papel da Assessoria Técnica no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão e sobre a responsabilidade de toda a comunidade de Degredo de garantir um bom dia de escolha e, posteriormente, de trabalhar junto com a Assessoria Técnica.

7.1. Metodologia da reunião

Gabriel Strautman, do Fundo Brasil, lembrou que 4 entidades haviam sido credenciadas para Degredo, mas o Instituto Socioambiental (ISA) já havia retirado sua candidatura do processo. Contou, então, que Habitar Bahia teve problemas logísticos, não conseguiu mandar representantes a tempo de fazer a apresentação para as pessoas atingidas de Degredo e, desta forma, também estava fora do processo. Assim, foram duas

as entidades presentes: Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo – ASPERQD e Instituto de Planejamento, Pesquisa, Comunicação, Estudos Sociais e Tecnológicos – IPPECET. A programação do dia, que foi previamente definida pela Comissão de Atingidos em reunião com a equipe do Fundo Brasil realizada em 25 de maio na sede do CIC, foi informada à plenária.

Foram recordadas as seguintes etapas e regras para o dia da escolha, pactuadas em reunião prévia realizada no território:

- Ordem das apresentações definida por sorteio;
- Uma hora de apresentação para cada entidade, incluído o tempo para perguntas dos atingidos e atingidas;
- As organizações não poderiam ver a apresentação uma da outra;
- Depois das apresentações haveria o momento de deliberações, com falas dos atingidos e atingidas em defesa das propostas apresentadas;
- Todos os que se sentissem atingidos pelo rompimento da barragem eram bem-vindos à reunião, mas a votação seria exclusivamente para as pessoas de Degredo. Eventuais grupos de pessoas não reconhecidas pelos membros da comunidade e que agissem para alterar o resultado da escolha teriam seu caso levado para análise ao Procurador Paulo Trazzi e à equipe do Fundo Brasil;
- Decisão tomada por consenso; se fosse necessário, votação por contraste de mãos levantadas, com os crachás erguidos.

Gabriel pediu aos presentes tranquilidade, paciência e atenção às informações que seriam apresentadas. “Nosso papel é garantir que a escolha seja feita de maneira esclarecida, consciente, bem informada e livre”, lembrou. “Por fim, quero falar da minha satisfação de ver a comunidade de Degredo unida aqui hoje para fazer a sua escolha. É um sinal de vitalidade da luta.”

Por sorteio, a ASPERQD foi a primeira a apresentar sua proposta preliminar de trabalho.



Figuras 9 e 10: Sorteio da ordem de apresentação das entidades.

16 jun 2019. Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

7.2. Apresentações

7.2.1. Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo – ASPERQD

José Leite Costa, presidente da ASPERQD, deu boas-vindas aos presentes a partir das 9h58. Falou sobre a importância de uma entidade nascida na comunidade estar disputando o lugar de Assessoria Técnica.



Figura 11: ASPERQD apresenta. 16 jun 2019.

Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

O advogado Walter Moura Andrade usou “uma forma lúdica” para explicar o que é a Assessoria Técnica. “Se der um terremoto e jogar uma casa no chão, os moradores para reconstruí-la terão necessidade de arquiteto, eletricista, pedreiro. A assessoria técnica é assim, um conjunto de profissionais para colocar a casa em pé”, disse. O

advogado falou em danos morais e materiais causados pela “lama de Mariana”.

“Comunidade é em sua maioria de pescadores, e a famosa pesca a peito a gente não sabe quando volta.” Disse, no entanto, que a Assessoria Técnica é para todos: “Pescadores, sitiantes, fazendeiros, trabalhadores rurais”.

A articuladora Simony Silva de Jesus prosseguiu com a apresentação. “Bom dia, sou da comunidade atingida. Nós não temos água de qualidade para beber e para dar aos nossos animais. A Assessoria Técnica vem para assessorar os atingidos a lutarem por indenização justa e por medidas estruturantes que deixem um legado para Degredo. Vem para nos fortalecer enquanto comunidade, para atender vocês, lutar pelo direito de ter a nossa água e a nossa comida de volta.”

Simony informou que a ASPERQD é uma entidade sem fins lucrativos, formada por representantes dos troncos familiares da comunidade quilombola de Degredo. Ao começar a apresentar a proposta da entidade, um problema técnico no som interrompeu a apresentação das 10h05 às 10h23 – o que acarretou posterior acréscimo de tempo à apresentação da entidade.

A articuladora retomou a fala:

- Objetivo da Assessoria Técnica: “Promover e efetivar os direitos das famílias quilombolas e não quilombolas, violados com o rompimento da Barragem de Fundão, no território da comunidade quilombola de Degredo, por meio de Assessoria Técnica de qualidade e confiança da população, independente das empresas causadoras dos danos, promovendo participação das famílias e capacitação delas no processo decisório, facilitando a comunicação entre os diversos agentes do processo de reparação”;
- Diferenciais da ASPERQD: conhecimento da realidade local; vivência e conhecimento de luta; informações precisas sobre as condições de desenvolvimento dos trabalhos; comunidade habituada a participar de grupos de trabalho; sede da Assessoria em Degredo; profissionais contratados estarão diariamente em Degredo;
- Canais de comunicação da Assessoria Técnica com os atingidos: criação de ouvidoria; atendimento presencial diário na sede; reuniões pré-agendadas; atendimento online via

Whatsapp e e-mail; audiências públicas e seminários; mediadores; e mobilizadores locais.

“O que propomos é mobilização, organização e fortalecimento comunitário com protagonismo dos moradores”, disse Simony. “Estamos propondo estudos de qualidade, triagens na área de saúde, parcerias, realização de seminários, assessoria jurídica. Para todos os que se sentem atingidos em Degredo, quilombolas e não quilombolas. Somos uma comunidade unida e a ASPERQD é isso, nós somos a ASPERQD.”

A entidade abriu o microfone para perguntas.

7.2.1.1. Perguntas à ASPERQD

O debate dos moradores com a ASPERQD começou focado em contratações de profissionais para desempenhar as atribuições da futura Assessoria Técnica. Uma das integrantes da Comissão de Atingidos quis saber se a entidade “vai dar oportunidade para quem tem formação e é da comunidade”. O advogado Walter Moura Andrade explicou que as contratações são feitas por edital público. O Procurador Paulo Trazzi interveio para explicar que o formato de contratação está definido no acordo do Ministério Público com as empresas responsáveis pelas violações de direitos.



Figura 12: Perguntas à ASPERQD. 16 jun 2019.

Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

Uma das atingidas fez uma intervenção lembrando que mesmo sem serem contratadas, pessoas da comunidade intervirão nos trabalhos. “Seremos os chefes da Assessoria” disse.

Os representantes da ASPERQD que fizeram a apresentação se retiraram às 10h58.

7.2.2. Instituto de Planejamento, Pesquisa, Comunicação, Estudos Sociais e Tecnológicos – IPPECET

A equipe do IPPECET – Salete Da Dalt e Anderson Paulino da Silva – começou sua apresentação às 11h56. “Saúdo a ancestralidade, porque a gente sabe o histórico de luta da comunidade quilombola no Brasil, que é parte da luta de toda a população que sofre com algum tipo de exclusão. Agradeço a acolhida da comunidade”, disse Anderson.

Salete: “É uma honra poder estar aqui neste momento com vocês. Ressalto que para a gente, que vem acompanhando há alguns anos a luta quilombola no Brasil, vir aqui num domingo e ver tanta gente envolvida com suas questões comunitárias, ter a oportunidade de estar neste diálogo com vocês, já é uma honra.”



Figura 13: IPPECET apresenta. 16 jun 2019.

Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

A dupla disse que ainda não havia mergulhado a fundo nas questões da comunidade, mas que estavam seguros de que tinham conhecimentos técnicos e experiência para “ajudar a comunidade a encontrar as respostas para lidar com suas demandas”.

Salete, presidente do IPPECET, apresentou a trajetória do Instituto, que existe há 10 anos em parceria com a Universidade Federal Fluminense. É uma associação de pesquisadores dedicados a ações que busquem justiça e igualdade social no país. “Todo o nosso trabalho é muito voltado para erradicação de pobreza no país”, disse. O IPPECET tem em seu portfólio os seguintes trabalhos, entre outros: avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em 177 comunidades quilombolas tituladas, para o Ministério do Desenvolvimento Social (2011-2012); pesquisa junto a representantes das comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, comunidades de fundo de pasto, ciganos, indígenas, caiçaras, assentados e outros participantes sobre o envolvimento durante a Conferência Nacional da Juventude da Unesco em Brasília (2015); elaboração do Plano Estadual de Assistência Social de Alagoas (2018); diagnóstico da situação de vulnerabilidade e risco social de crianças e adolescentes residentes em Oriximiná (PA), em andamento. Solidez de conhecimento, diversidade de experiências e ética profissional são os pilares do IPPECET, segundo os pesquisadores.

Anderson fez a apresentação da proposta preliminar de trabalho:

- O objetivo geral expresso na proposta preliminar é “avaliar a integralidade dos danos socioeconômicos resultantes do rompimento da barragem de Fundão na comunidade quilombola de Degredo-ES visando construir coletivamente ferramentas e alternativas eficazes que propiciem a garantia de direitos, a defesa dos seus interesses sociais e econômicos e o desenvolvimento pleno de ações que potencializem as reparações legais, com suporte para novas opções de geração de renda, além de apoio psicológico em função dos danos imateriais e simbólicos sofridos pela região”. Para dar suporte ao objetivo geral, os objetivos específicos incluem: suporte à participação ampla e informada da comunidade nos processos decisórios relativos à reparação; acesso a informações; pareceres técnicos; formação em direitos humanos;
- Metodologia participativa de trabalho, por meio de um ciclo de interação entre comunidade, equipe técnica e coordenação.
- Ações gerais: constituição de equipe de agentes de divulgação e mobilização e viabilização, inclusive logística e financeira, da participação da comunidade nas

instâncias de decisão; mapeamento das ações prioritárias de reparação na perspectiva da comunidade; treinamento e suporte à criação de canais comunitários de comunicação; contratação de profissionais e produção de pareceres nas áreas de Antropologia, Geografia, Direito, Engenharia Ambiental e Psicologia; oficinas de formação em direitos humanos.

- Ações específicas: diagnóstico de qualidade da água e construção de um caderno de propostas para a reparação neste sentido; monitoramento periódico da qualidade das águas do mar, dos rios e lagoas, por meio de parcerias; suporte integral à saúde; suporte à luta por titulação como terra quilombola.

A equipe afirmou que a mobilização deve ser construída no sentido de ter representantes de todas as famílias originais da comunidade nas instâncias decisórias, com a busca de consenso. Agradeceram mais uma vez a oportunidade de apresentar proposta e foi aberta a sessão de perguntas.

7.2.2.1. Perguntas ao IPPECET

As perguntas dos atingidos e atingidas de Degredo aos integrantes do IPPECET se concentraram no que a comunidade considerou como déficit de conhecimento dos pesquisadores a respeito da realidade local. Um atingido questionou o total de famílias moradoras de Degredo citado na apresentação, que estaria desatualizado, e na avaliação dele seria um indicativo de falta de rigor do Instituto no levantamento de dados. A atingida a falar em seguida quis saber como seria implantado o trabalho, pois a comunidade precisa de ações imediatas e o instituto teria necessidade de antes aprofundar conhecimentos. Também quis saber como o IPPECET pensava sua estadia em Degredo. A terceira pergunta foi sobre saúde: como o IPPECET pretende agir sem se sobrepor ao Estado, ao SUS?

Anderson lembrou que iniciaram a apresentação dizendo que tinham muito a aprender com a comunidade. Sobre saúde, disse que a Assessoria Técnica pode fazer parcerias com os serviços públicos e ajudar a encaminhar e monitorar o acesso da população a eles. Salete lembrou que a Assessoria Técnica pode criar ações de formação

em saúde que ajudem no conhecimento coletivo para melhorar o estado geral de saúde da população.



Figura 14: Perguntas ao IPPECET. 16 jun 2019.

Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

Sobre estadia, Salete lembrou que a coordenação fica no Rio de Janeiro, mas há prioridade para trabalhar com equipes locais.

O atingido que questionou o conhecimento da equipe sobre a comunidade voltou a destacar a imprecisão dos dados. Anderson reiterou que o conhecimento da comunidade é o mais importante e prevaleceria no trabalho da Assessoria Técnica.

O representante do Fundo Brasil chamou a atenção para o fim do tempo disponível. Salete e Anderson agradeceram a oportunidade, elogiaram mais uma vez a ampla presença de pessoas no evento de escolha e encerraram sua participação às 12h09.

Já sem o microfone, Salete Da Dalt procurou o representante do Fundo Brasil para fazer um questionamento. Gabriel Strautman chamou a Superintendente do Fundo Brasil, Ana Valéria Araújo, e a jornalista responsável pelo registro escrito da reunião, Mônica Nobrega, para testemunhar a conversa e encaminhar deliberações. A presidente do IPPECET questionou a presença de uma mulher, que ela tinha entendido como integrante da equipe da ASPERQD, e que havia assistido à apresentação do IPPECET. Esclareceu-se que a pessoa que causou dúvida era uma moradora da comunidade e

importante liderança local, mas que não fazia parte da equipe da outra entidade candidata à Assessoria Técnica.

Os representantes do IPPECET deixaram o espaço da reunião.

7.3. Falas dos moradores

O Fundo Brasil abriu as inscrições para que os atingidos e atingidas da comunidade fizessem suas falas. Cinco pessoas manifestaram desejo de falar.

“Agradeço ao Ministério Público, ao Fundo Brasil que acompanhou este processo, à outra entidade que veio até aqui apresentar uma proposta séria. Fico muito emocionada de ver a ASPERQD, a entidade da nossa comunidade, participando deste processo. Isso é autonomia. Quem realmente conhece a nossa realidade e as nossas dores é quem está aqui. A ASPERQD me representa sim, somos ASPERQD, somos comunidade.”



Figura 11: Falas dos atingidos e atingidas. 16 jun 2019.

Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil5

Outro atingido: “Não sou da ASPERQD, nem da outra entidade. Estamos aqui para escolher a Assessoria que vai nos ajudar a encontrar as respostas que tanto buscamos. Nisso não dá para ter telefone sem fio, ouvir falar. A ASPERQD nasceu aqui, vive aqui”.

Os conflitos internos da comunidade foram lembrados pela moradora seguinte em sua fala: “Vim falar como moradora de Degredo. Nós passamos por momentos difíceis, sabemos. Tivemos divergências, mas agora hoje estamos aqui todos juntos”.

“Eu quero falar da minha alegria e do meu contentamento. Dizer para vocês, comunidade, que essa luta é pela comunidade e para a comunidade. Quero falar do quanto estou honrada e dizer sou que grata a esta comunidade por tudo, vocês são a diferença em todos os processos. É por isso que vocês são ASPERQD”, defendeu a atingida seguinte.

Uma das moradoras mais idosas encerrou esta etapa falando rapidamente sobre as injustiças impostas aos quilombolas destas terras, muitos dos quais tiveram de sair da região por necessidade de sobrevivência.

Sem mais inscrições, o representante do Fundo Brasil deu sequência ao momento da escolha da Assessoria Técnica independente.

7.4. Escolha e encerramento

Gabriel, do Fundo Brasil, conduziu a escolha. Não havendo a possibilidade de consenso, explicou que ia falar em voz alta o nome de uma entidade de cada vez, e que a plenária deveria fazer sua escolha levantando os crachás ao ouvir o nome de sua entidade de preferência.

O representante do Fundo Brasil falou o nome IPPECET e quatro pessoas levantaram seus crachás. Depois, falou ASPERQD. A entidade foi aclamada por amplíssima maioria da plenária, todos com seus crachás erguidos.



Figura 16: ASPERQD é aclamada. 16 jun 2019.

Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

“Em nome do Fundo Brasil e na presença do MPF, declaro que a ASPERQD foi escolhida para fazer Assessoria Técnica de Degredo”, consolidou o representante do Fundo Brasil. Algumas pessoas levantaram cartazes onde se lia “Somos capazes, somos ASPERQD”.

O Procurador Paulo Trazzi retomou a explicação sobre os próximos passos, dúvida que havia sido levantada anteriormente na reunião.

Informou que a próxima etapa é de construção participativa do plano de trabalho da Assessoria Técnica junto à comunidade, atendendo às demandas apresentadas pelos atingidos e atingidas do território: “O passo de hoje é muito importante, mas a luta e o trabalho continuam agora que a Assessoria Técnica está escolhida. A partir de agora, a ASPERQD vai construir um orçamento preliminar junto com a comunidade. Enquanto isso, nós vamos submeter o processo de escolha ao juiz da 12ª Vara em Belo Horizonte”, disse. “Também quero lembrar que o trabalho da Assessoria Técnica será bom se a comunidade estiver junto.”

Rosemeire, do Fundo Brasil, convidou todos os presentes para o almoço e declarou oficialmente encerrada a reunião às 12h33.



Figuras 17 e 18: Almoço depois da escolha e celebração musical da comunidade.

16 jun 2019. Foto: Sergio Cardoso/Fundo Brasil

PROGRAMA RIO DOCE
Escolha de Assessoria Técnica para o Território 17 –
Território Quilombola de Degredo (ES)

ÍNDICE

1. CONTRATO	2
1.1. Identificação e objetivos	2
1.2. Responsáveis	2
2. INFORMAÇÕES GERAIS	2
3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS	2
4. CHAMADAS PÚBLICAS E CREDENCIAMENTOS	5
5. PROPOSTAS PRELIMINARES	7
5.1. Comitê de especialistas	7
6. COMISSÃO DE ATINGIDOS	8
7. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA	16
7.1. Metodologia da reunião	18
7.2. Apresentações	20
7.2.1. Associação dos Pescadores, Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo – ASPERQD	20
7.2.1.1. Perguntas à ASPERQD	22
7.2.2. Instituto de Planejamento, Pesquisa, Comunicação, Estudos Sociais e Tecnológicos – IPPECET	24
7.2.2.1. Perguntas ao IPPECET	26
7.3. Falas dos moradores	28
7.4. Escolha e encerramento	29